



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

# Minuta

**CONTRATO que entre si fazem a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo.**

A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF**, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo **Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, , neste ato representada por sue(a) **Presidente**, **XXXXXXX** brasileira, portadora do RG: **XXXXXXX**, e do CPF/MF: **XXXXXXX**, residente e domiciliada nesta Capital e por seu **Diretor da Área de XXXXXXXX**, brasileiro, (**profissão**), portador do Documento de Identidade nº **XXXXXXX** e inscrito no **XXXXXXX**, residente e domiciliado nesta capital, e a empresa **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXX**, Estado **XXXXXXX**, CEP **XXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXX**, (**qualificação**), portador da Cédula de Identidade nº **XXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o nº **XXXXXXX**, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da **Codevasf**, expressa na Resolução nº **XXX**, de **XXX** de **XXX**, constante à fl **XXX** do Processo nº 59550.000695/2018-83 que, que, na forma do art. \_\_\_\_ do Regulamento de Licitações da Codevasf, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

## 1. Cláusula Primeira - OBJETO

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento e instalação de 03 (três) conjuntos moto bomba de eixo vertical para a Estação de Bombeamento de Drenagem – EB-01 do Perímetro Público de Irrigação de Itiúba, localizado no município de Porto Real do Colégio, estado de Alagoas, distribuídos em 02 (dois) itens, com 01 (um) grupo, a saber:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

5ª/Assessoria Jurídica

**GRUPO I:**

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QT
01	BR0070610	Fornecimento e instalação de Conjunto moto bomba de eixo vertical com corpo tubular de único estágio e rotor em aço inox de simples sucção, adequada para instalação em poço úmido, equipada com motor elétrico trifásico de rendimento premium (classe IR3) e sistema de lubrificação a graxa.  Ponto de Operação: - Vazão Nominal: 1.100 l/s (3.960 m³/h); - Altura Manométrica Nominal: 4,0 m.	un	2
02	BR0070610	Fornecimento e instalação de Conjunto moto bomba de eixo vertical com corpo tubular de único estágio e rotor em aço inox de simples sucção, adequada para instalação em poço úmido, equipada com motor elétrico trifásico de rendimento premium (classe IR3) e sistema de lubrificação a graxa.  Ponto de Operação: - Vazão Nominal: 2.200 l/s (7.920 m³/h); - Altura Manométrica Nominal: 4,0 m.	un	1

1.1. Os serviços e fornecimentos, objeto deste Contrato, suas Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentária dos Serviços e Quantidades, encontram-se descritos e caracterizados no Termo de Referência (Anexo I), que é parte integrante do Edital.

1.2. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações da Codevasf, e o objeto foi licitado na modalidade “Pregão Eletrônico”, tipo Menor Preço Global, segundo as disposições da Lei 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e subsidiariamente pela Lei 8666/93, de 21/06/93 e suas alterações.

**2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS**

2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a. Edital nº [XX/2018](#) e seus Anexos;
- b. [Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de XX/XX/XXXX](#);



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

c. Demais documentos contidos no Processo nº 59550.000695/2018-83

2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nas subcláusulas anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

### 3. Cláusula Terceira - PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1. O prazo para execução do Fornecimento e serviços e vigência do contrato são os estabelecidos no [item 11 do Anexo I – Termo de Referência do Edital nº XX/20\\_\\_](#).

### 4. Cláusula Quarta - VALOR

4.1. O valor global deste contrato é de **R\$ ..... (.....)**, obedecidos os preços **GLOBAIS** constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

4.4. Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos todos os custos, transporte, carga e descarga do material, seguro, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL E IPI) e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Edital. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

### 5. Cláusula Quinta - RECURSOS

5.1. As despesas correrão à conta Programas de Trabalho nºs: 15.244.2029.7K66.0001 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas e 20.607.2077.20WP.0001 - Reabilitação de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional, Categoria Econômica 4, sob a gestão da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado de Alagoas.

### 6. Cláusula Sexta - DOS FORNECIMENTOS EXTRA CONTRATUAIS

6.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os fornecimentos eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.

6.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente, as referentes aos fornecimentos extras motivados pela CODEVASF. Os fornecimentos extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

## **7. Cláusula Sétima - REAJUSTAMENTO**

7.1. **Serão adotados os critérios de reajustamento previstos no Item 13 do TR**, do Anexo II do **Edital nº \_\_\_\_/2018** Termo de Referência, **que integra o mesmo**.

## **8. Cláusula Oitava - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos dos fornecimentos/serviços objeto deste contrato serão efetuados em reais de acordo com os critérios e condições estabelecidas **no item 16 do Edital nº \_\_\_\_/2018**.

## **9. Cláusula Nona - DA GARANTIA/CAUÇÃO**

9.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

9.1.1. A garantia a que se refere o subitem 9.1 acima deverá ser entregue na Gerência Regional de Empreendimento de Irrigação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf, até a data da assinatura do contrato.

9.2. A caução na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.

9.3. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia/Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

9.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.

9.5. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

9.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

9.7. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

9.8. A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90(noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

9.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

9.10. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

9.11. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante **a execução do contrato**;

- a) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- b) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

## 10. Cláusula Décima - MULTA

10.1. Em caso de inadimplemento, por parte da Contratada, de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à mesma será aplicada a multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.

10.2. Nos casos de inexecução parcial da obra ou serviços ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

10.3. O atraso na injustificado na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico-financeiro, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme o subcláusula acima.

10.4. Ocorrida a inadimplência **a multa será aplicada pela Codevasf, observando-se o seguinte:**

- a) A multa será descontada da garantia prestada pela Contratada;
- b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

- d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Codevasf - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

10.5. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05(cinco) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

10.6. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.

10.7. Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

10.8. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **11. Cláusula Décima Primeira - DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. O acompanhamento e fiscalização dar-se-ão conforme [item 15 dos Termos de Referência, Anexo II do Edital XX/2018](#).

## **12. Cláusula Décima Segunda – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
- h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

12.2. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

12.3. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016.

12.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

12.5. Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.

12.6. Será aplicável sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, multa na forma do item 10 do edital, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

12.7. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis

### **13. Cláusula Décima Terceira - RECEBIMENTO DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS**

13.1. O recebimento dos serviços será realizado conforme [item 14 dos Termos de Referência, Anexo II do Edital XX/2018](#).

### **14. Cláusula Décima Quarta - ADITAMENTO CONTRATUAL**

14.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

### **15. Cláusula Décima Quinta - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

15.1. A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no [item 16 dos Termos de Referência, Anexo II do Edital XX/2018](#)

### **16. Cláusula Décima Sexta - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

16.1. A observância às Obrigações da Empresa Contratada será de acordo com o previsto no [item 17 dos Termos de Referência, Anexo II do Edital XX/2018](#)

### **17. Cláusula Décima Sétima - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

17.1. A observância às Obrigações da Empresa Contratante será de acordo com o previsto no [item 18 dos Termos de Referência, Anexo II do Edital XX/2018](#)

## **18. Cláusula Décima Oitava - DANO MATERIAL OU PESSOAL**

18.1. A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.

18.2. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

18.3. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

## **19. Cláusula Décima Nona - DA GARANTIA DOS MATERIAIS**

19.1. A garantia consta das [Especificações Técnicas – Anexo I](#), parte integrante do Edital em questão.

## **20. Cláusula Vigésima – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE**

20.1. A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no item [21](#) do [Edital XX/2018](#)

## **21. Cláusula Vigésima Primeira - RESCISÃO**

21.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir a não conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início do serviço;
- e) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

---

seus superiores;

- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- i) A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir prejuízo à execução da obra ou serviço;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência da contratada;
- m) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Codevasf por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; e
- n) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato

**22. Cláusula Vigésima Segunda - PUBLICAÇÃO**

22.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

**23. Cláusula Vigésima Terceira - FORO**

23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Maceió/AL, para dirimir questões oriundas do presente instrumento.

23.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Penedo/AL, (data)

**CODEVASF****P/CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

a)  
CPF/MF nº

b)  
CPF/MF nº